



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

Notas sobre a Revolução Burguesa no Brasil para Florestan Fernandes

Carlos Henrique Lopes Rodrigues¹

Resumo: O artigo analisa a interpretação de Florestan Fernandes sobre a revolução burguesa no Brasil, destacando seu caráter não clássico, marcado pela continuidade de estruturas coloniais, pela dominação oligárquica e pela dependência externa. Argumenta-se que a burguesia brasileira atuou de forma conservadora, associada ao capital internacional, promovendo uma modernização limitada e excludente. O processo culmina na consolidação do capitalismo dependente, intensificado com o golpe de 1964, evidenciando uma contrarrevolução que restringe a participação democrática e aprofunda as desigualdades sociais.

Palavras-chave: revolução burguesa; capitalismo dependente; Florestan Fernandes; burguesia brasileira; desigualdade social.

Notes on the Bourgeois Revolution in Brazil for Florestan Fernandes

Abstract: This article analyzes Florestan Fernandes' interpretation of the bourgeois revolution in Brazil, highlighting its non-classical character, marked by the continuity of colonial structures, oligarchic domination, and external dependence. It argues that the Brazilian bourgeoisie acted conservatively, aligned with international capital, promoting a limited and exclusionary modernization. The process culminates in the consolidation of dependent capitalism, intensified by the 1964 coup, revealing a counterrevolution that restricts democratic participation and deepens social inequalities.

Keywords: bourgeois revolution; dependent capitalism; Florestan Fernandes; Brazilian bourgeoisie; social inequality.

1. Introdução

A interpretação sobre a formação social brasileira e o desenvolvimento do capitalismo no país constitui um dos temas centrais das ciências sociais no Brasil. Entre as contribuições mais influentes nesse debate destaca-se a obra de Florestan Fernandes, especialmente *A revolução burguesa no Brasil*, na qual o autor busca compreender as particularidades do processo de constituição da ordem capitalista no país. Diferentemente das revoluções burguesas clássicas europeias, caracterizadas por rupturas profundas com as estruturas feudais e pela consolidação de instituições políticas liberais, o caso brasileiro revela um processo histórico marcado pela continuidade de estruturas sociais

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: chlrodrigues@yahoo.com.br

herdadas do período colonial, pela permanência de formas de dominação oligárquica e pela inserção dependente na economia capitalista mundial.

Uma de suas teses centrais é que a revolução burguesa no Brasil não seguiu o percurso das revoluções burguesas clássicas. Ao contrário, tratou-se de um processo marcado por fortes continuidades com o passado colonial, no qual a escravidão, o latifúndio e a concentração de poder nas elites desempenharam papel decisivo na configuração da ordem social. Essas características condicionaram a formação de uma burguesia que, longe de assumir um papel revolucionário nos moldes europeus, estruturou-se de forma conservadora e associada aos interesses do capital internacional.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a interpretação de Florestan Fernandes sobre a revolução burguesa no Brasil, destacando os principais elementos de sua explicação acerca da formação do capitalismo dependente no país. Para tanto, o texto está organizado, além desta introdução e das considerações finais, em três seções principais: na primeira, discute-se o processo inicial de consolidação do modo de produção capitalista no Brasil; na segunda, analisa-se a consolidação da revolução burguesa; e, por fim, examinam-se as fases do desenvolvimento capitalista identificadas por Fernandes.

2. Revolução Burguesa: início da consolidação do modo de produção capitalista

A independência brasileira é vista por Fernandes (2005, p. 49) como uma revolução social, apesar da forma como se desenrolou, principalmente em dois aspectos, “como marco histórico definitivo do fim da ‘era colonial’; como ponto de referência para a ‘época da sociedade nacional’, que com ela se inaugura”. Com a independência cria-se a possibilidade de a exclusividade das decisões políticas sobre o país serem decididas a partir de interesses nacionais, por isso, do ponto de vista formal, caracteriza-se enquanto uma revolução. Ou seja, é uma sociedade que pode agora organizar-se a partir de dentro e não a partir de fora como vinha ocorrendo.

Entretanto, a independência brasileira não significou o envolvimento de grande contingente populacional, de lutas acirradas e proposta de construção de um novo país que atendesse aos anseios de boa parte da população, na verdade, as elites disputavam a introdução de dois fins políticos: “a internalização definitiva dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses centros de

poder” (Fernandes, 2005, p. 50). Nesse sentido, o caráter conservador da independência explicita-se “nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessária à construção e ao florescimento de uma nação” (Fernandes, 2005, p. 51).

A classe dominante interna conseguiu, com a independência, fortalecer ainda mais seu poder, principalmente político, para, a partir daí, aumentar seus privilégios econômicos e sociais, além de poder, agora, calibrar a intensidade e o ritmo da inserção subordinada de acordo com seus interesses e vantagens, mesmo que com uma participação dependente e associada ante as burguesias dos países hegemônicos. A elite conseguiu converter a bandeira do liberalismo em privilégio para si².

Assim as classes altas e privilegiadas mantiveram, após a independência e a formação de um Estado nacional, uma sociedade cuja base da economia continuou com o trabalho escravo, grandes latifúndios, atividades voltadas às exportações, controle a seu favor, de uma parte do excedente econômico, relações privatistas e patrimonialistas. Controlaram também a burocracia do Estado que se formava, para atender aos seus interesses e as redes de serviços e financeiras/bancos que surgiram para atender demandas do Estado e da parte do excedente econômico que agora ficava retida no país.

O rompimento do domínio colonial era a única forma da classe dominante interna exercer completamente seu poder, uma vez que sem o julgo colonial, não tem mais, pelo menos do ponto de vista legal, que obedecer às regras estabelecidas no além-mar. Com o fim do antigo sistema colonial e, posteriormente, a independência, pode essa elite interna estabelecer oficialmente e legalmente suas regras em seu benefício próprio, construindo o novo, mas preservando o velho onde lhe conviesse³.

² “O liberalismo não aparece no cenário histórico-social como conexão da preservação do passado. Ao contrário, ele constituía uma das formas que trabalhavam para seu sepultamento, já que a manutenção do status quo ante colidia com seu sistema de valores e com sua filosofia política. Onde o Estado nacional emergente se converte em favor da preservação da escravidão, do princípio e da dominação senhorial e da transformação da Monarquia constitucional em cômoda transação das elites senhoriais, isso se dá acima, independentemente e contra as ‘ideias’ e os ‘princípios’ liberais.” (Fernandes, 2005, p. 66).

³ Manteve aquilo que Prado Jr. (1977, p. 31) denominou “Sentido da Colonização”: “no seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical”.

Com o fim do estatuto colonial⁴ e a formação do Estado nacional, uma maior parte do excedente econômico gerado internamente passou a ser canalizado para dentro do país, resultando em maior fluxo de renda interno, que teve, como um de seus desdobramentos, o desenvolvimento de uma diversificada rede de serviços e o estímulo ao crescimento do setor urbano.

Destarte, a independência do Brasil e a constituição de um Estado nacional significaram um grande benefício para o senhor agrário e seus apaniguados, que conseguiram fortalecer-se politicamente, manter e aumentar seu prestígio social, seu poder econômico e estamental, além de imprimir uma relação patrimonialista com o Estado - mesmo que com um verniz de liberalismo. Contudo, o que estava em andamento era, na verdade, o superprivilegiamento e o mandonismo. Além disso, alijar-se-ia, do processo de formação do Estado nacional, grande parte da população e manter-se-iam as relações de produção por meio do trabalho escravo e da segregação social. Enfim, constituiu-se um Estado sempre pronto para defender os interesses da lavoura e transferir-lhe renda em qualquer momento que demandasse. Assim foi com o Convênio de Taubaté⁵ e a crise de 1929, promovendo um processo de socialização das perdas, isto é, quando a lavoura vai bem os benefícios/lucros são monopolizados pelos produtores, quando há uma crise internacional que promove sua baixa, em função da diminuição de demanda agregada, o Estado utiliza-se dos recursos dos tributos egressos do trabalho vivo para destiná-los, a fundo perdido, para a lavoura, ou seja, para a elite econômica que está no comando e assim, minimizar seus prejuízos.

3. A Consolidação da Revolução Burguesa

Apesar de uma revolução burguesa caracterizar-se por uma série de mudanças, como as econômicas, sociais, políticas e culturais, puxadas pelo desenvolvimento capitalista por meio da industrialização e da consolidação da sociedade de classes, em detrimento de uma sociedade estamental e senhorial, no Brasil essas mudanças não são identificadas em sua plenitude. Para Fernandes (2005), o caminhar do Império para a República contém apenas os germes desse processo e não significou o colapso do poder oligárquico, “mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob

⁴ Para mais informações ver: Novais (2006).

⁵ Para mais informações ver: Furtado (1991).

a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pelo qual se conseguiram, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. Essa recomposição marca o início da modernidade, no Brasil” (Fernandes, 2005, p. 239).

Depreende-se, então, que no Brasil, a burguesia não nasce da negação do passado, assim como a oligarquia não perde seu poder ou sua influência, e essa burguesia, em grande medida, era oriunda do mundo rural e conservará muito dos costumes e hábitos dessa oligarquia, inclusive na calibragem do ritmo da mudança, no trato com a classe trabalhadora e nas relações econômicas internas e externas. Ou seja, a necessidade em expandir seus negócios a qualquer preço. Assim, “o mandonismo oligárquico reproduzia-se fora da oligarquia. O burguês que o repelia, por causa de interesses feridos, não deixava de pô-lo em prática em suas relações sociais, já que aquilo fazia parte de sua segunda natureza humana” (Fernandes, 2005, p. 241).

As várias burguesias que surgem nesse processo caracterização o fato de Fernandes (2005) definir que no Brasil não há nem uma burguesia nacional, muito menos uma burguesia brasileira, mas burguesias brasileiras⁶. Essas burguesias são portadoras de uma modernização bastante moderada, mais no discurso, afinal de contas tem que se definir enquanto burguesia, e muito pouco na prática, se comparada às burguesias nacionais, mas que mantém e acirram sua posição de privilegiamento nessa sociedade.

As influências modernizadoras externas eram limitadas pela calibragem que as burguesias brasileiras faziam sobre o ritmo e a intensidade dessa modernização, de modo que não fugisse ao seu controle e instigasse pressão popular por mudança. Para tanto, contava com o apoio das burguesias dos países hegemônicos para manter uma estabilidade econômica e política que desse substrato para o tipo de “desenvolvimento econômico” que lhes seria benéfico.

O nó górdio estava na seguinte disjuntiva: como preservar o “velho” e, ao mesmo tempo, introduzir o “novo” nessa transição econômica do país, sem que houvesse significativas manifestações que quisessem acabar com o “velho” e introduzir o “novo” em sua plenitude? E se a elite não conseguisse conter esses movimentos? Por isso, a opção por uma democracia restrita.

⁶ “Elas se desenvolveram sedimentando-se com o senhor de engenho, com o senhor de escravo, nunca se antagonizando e sempre compondo, se amalgamando. Na fase da industrialização pesada elas se mostravam como burguesias daquele momento, mas sem abrir mão de seu passado, de seu ventre mercantil” (Rodrigues, 2023, p. 40).

Essa burguesia é identificada por Fernandes (2005) como uma burguesia autocrática, ultraconservadora e reacionária, que não encontrou grandes dificuldades em levar adiante sua “revolução”, mesmo porque não teve, de fato, um caráter revolucionário, e ao fechar o espaço político da mudança construtiva, permitiu a consolidação e a expansão do capitalismo dependente, do qual se beneficiou significativamente.

As burguesias brasileiras na transição para o capitalismo monopolista sofreram três tipos de pressões, de acordo com Fernandes (2005): uma de fora para dentro, para garantir a estabilidade e a segurança ao investimento de seus capitais no país; outra oriunda do proletariado e das massas que pleiteavam melhorias nas suas condições de vida e; por fim, a excessiva participação do Estado na economia, que preocupa a iniciativa privada interna e externa.

As burguesias brasileiras não titubearam em fortalecer seus laços com o imperialismo se reorganizando para atender a demanda do capital em sua fase monopolista. Para tanto e com apoio externo promoveu o golpe civil-militar no país em 1964, principalmente para conter a pressão popular que era vista como sua principal inimiga, com isso acelerou o nível de dependência externa e segregação social.

Destarte, esse é o marco da conclusão da revolução burguesa brasileira, uma contrarrevolução para atender aos interesses do capitalismo monopolista; reprimir os anseios populares por mudanças e aumentar os privilégios da elite. Enfim, a revolução se finda com o golpe civil-militar em primeiro de abril de 1964.

4. Fases do Desenvolvimento Capitalista

Fernandes (2005) percebe que não há um único padrão de desenvolvimento capitalista, cada país pode percorrer um caminho diferente nas três fases de expansão do capitalismo, os países hegemônicos e centrais tendem a trilhar caminhos mais próximos entre si e bastante diferentes dos países periféricos e heteronômicos.

Na fase 1 ocorreu a “emergência e expansão do mercado capitalista moderno” (Fernandes, 2005, p. 263) e, para apreender seu dinamismo, Florestan (2005) faz a análise por meio de três “enlaces”: i) a relação da economia interna com a economia internacional; ii) a articulação do mercado capitalista moderno à cidade e à sua população

e; iii) o imbricamento do mercado capitalista moderno com o sistema de produção escravista.

Em relação ao primeiro, o mercado externo dominante é o da Inglaterra e esse período marca “a passagem da satelização colonial para a satelização dos mecanismos de mercado” (Fernandes, 2005, p. 265), com o objetivo principal, por parte dessa potência hegemônica, de modernizar o mercado interno brasileiro, apropriar-se da maior parcela possível do excedente econômico gerado no país, em uma situação na qual a economia brasileira recebia dinamismo externo expressivo.

Sobre o segundo enlace, este trouxe mudanças que significavam aumentar a absorção do estilo de vida urbano, com seus valores e padrões de gastos e de consumo, que estimulavam o crescimento do comércio interno “em crescente cosmopolização, em seus setores ‘altos’ e ‘intermediários’; e em incorporação incipiente ao mercado, nos setores ‘baixos’” (Fernandes, 2005, p. 265).

Já o terceiro enlace marca o desenvolvimento que passa a ocorrer na fase neocolonial - diferentemente da fase colonial, que regulava diretamente a drenagem externa do excedente econômico -, agora a drenagem do excedente se dá de maneira indireta, uma vez que não há mais o estatuto colonial a institucionalizando e regulamentando. Na fase neocolonial, há uma retenção de parte do excedente econômico no país que vai promovendo mudanças significativas.

Na fase 2, caracterizada pela “emergência e expansão do capitalismo competitivo” (Fernandes, 2005, p. 267), era imprescindível, para os interesses capitalistas, o desenvolvimento de um setor urbano, como forma de sustentar a modernização e a instauração de um capitalismo competitivo para atender às demandas da acumulação capitalista, mesmo que sob uma base social de segregação social, fruto da escravidão. O cultivo de café teve papel central nesse processo de modernização, beneficiado, significativamente, pela exploração escravagista, que funcionava como uma espécie de “acumulação originária” de capital.

Necessário se fazia, então, para a consolidação do mercado capitalista moderno, o aumento das populações urbanas, principalmente nas cidades mais importantes, as quais atraíam grupos de altas e médias rendas, nativos ou estrangeiros e também grupos de baixa renda, atraídos pelas oportunidades de atividades com maiores possibilidades de ganhos, mesmo que ainda baixos.

Assim, com o desenvolvimento das cidades, do urbano, e do mercado capitalista moderno, a partir de pressões externas e internas, têm-se uma rearticulação das estruturas arcaicas com as modernas, reverberando para mudanças qualitativas entre esses setores, para atender às demandas da fase do capitalismo comercial.

Nestes termos, aumentam os controles sobre os países periféricos e intensificam-se as formas de dominação sobre os mesmos, como condição necessária para a expansão do capitalismo nos países hegemônicos, isto é, as transformações operam-se a partir de fora, e não a partir de dentro de suas economias e ocorre intensificando a dependência, mesmo que com a aparência de certa autonomia.

Em síntese, era necessária uma transformação interna das economias periféricas, no sentido de promoverem o moderno mercado capitalista e criar condições para as empresas dos países hegemônicos aumentarem seu grau de participação nessas regiões, dando a impressão de que esse crescimento econômico ocorria a partir de dentro e com o desiderato de estabelecer melhorias econômicas internas que possibilitassem caminhar para um capitalismo autônomo.

Qualquer possibilidade de transformação nessas economias que desagradasse os interesses dos países centrais sofreria imediato boicote por parte dessas economias, uma vez que nas economias periféricas não poderia haver mudanças que comprometessem a drenagem do excedente econômico para as economias centrais.

As transformações que ocorrem na transição do período neocolonial para o capitalismo competitivo, por meio de influências de fora e de dentro, marcam a expansão do setor urbano-comercial, e essas mudanças transbordam para o campo, “primeiro, graças à irradiação, disseminação e reintegração do mercado moderno; em seguida pela universalização legal do trabalho livre e a emergência de um sistema de produção capitalista nas cidades-chave, dotadas de dinamismos que transcendem a economia urbana” (Fernandes, 2005, p. 282).

Assim, apesar da diversificação da economia interna e do desenvolvimento do setor urbano, a dominação imperialista cresce com a diferenciação e a aceleração do desenvolvimento capitalista; e, ao mesmo tempo, ela se redefine e se fortalece.

Já na fase 3, assinalada pela “emergência e expansão do capitalismo monopolista” (Fernandes, 2005, p. 294), a transição ao capitalismo monopolista não seria um caminho fácil, inclusive, para os países centrais, uma vez que significou sair de uma fase competitiva, de um determinado nível tecnológico e de um padrão de concorrência.

Os desdobramentos do capitalismo monopolista para os países periféricos serão de grande monta e exigirão significativas mudanças para atender aos interesses desse capital, tais alterações ocorreram em um restrito número de países da periferia, uma vez que nenhum país dessa região possui todos os atributos necessários para a absorção desse padrão de desenvolvimento característico da fase monopolista, assim, a estratégia das nações hegemônicas em relação a esses países seria a introdução desse padrão por meio de formas “segmentadas” que promoveram formas “ultradestrutivas” da utilização das matérias-primas nesses países, além de aumentar o nível de dependência ante os países centrais (Fernandes, 2005).

Como os projetos exigiam grandes inversões e longos prazos de maturação, uma primeira exigência dos países centrais era a de que houvesse uma estabilidade política nos países periféricos, para tanto, seus governos atuavam com ajuda militar, de projetos e financeiros para dar garantias às suas grandes empresas transnacionais se instalarem nas periferias. Assim a intervenção passava a ser mais direta e o controle mais eficaz (Fernandes, 2005).

Na década de 1950, há a “segunda tendência de irrupção do capitalismo monopolista” e nela “a economia brasileira já não concorre, apenas, para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior: ela se incorpora a esse crescimento, aparecendo, daí em diante, como um de seus polos dinâmicos na periferia” (Fernandes, 2005, p. 299).

O advento do capitalismo monopolista no Brasil deu-se de maneira diferenciada entre os governos Juscelino Kubistchek e os governos militares, apesar de que nos dois períodos havia a preocupação e o comprometimento de se criar as condições necessárias para a implementação do capitalismo monopolista no país com um tipo de industrialização que atendia aos interesses do imperialismo, por meio de suas empresas multinacionais.

No processo de transição para o capitalismo monopolista, as crises dos setores dominantes nunca foram estruturais, no sentido de correrem o risco de perderem suas posições privilegiadas - no máximo, ocorria uma reacomodação de poderes -, muito menos tensionou para colocar o país na trilha da democracia ou do nacionalismo econômico, pelo contrário, mantinha-se a tradição do mandonismo.

A forma de acomodação das burguesias brasileiras, que não rompiam com as tradições mais retrógradas, provocou uma situação de crise estrutural em função das mudanças que estavam ocorrendo em nível de organização tecnológica e econômica externas.

Essa crise pela qual passavam as burguesias brasileiras tornava necessária sua reorganização para atender aos interesses do capitalismo monopolista sem perder sua posição política e econômica privilegiadas, nessa economia dependente e subdesenvolvida.

As burguesias periféricas contaram, para criar as condições necessárias às novas exigências do capitalismo monopolista, de um apoio fundamental por parte das grandes empresas multinacionais e dos governos dos países imperialistas, que precisavam da estabilidade dessas burguesias para levar adiante seus interesses de acumulação nesses países. As burguesias dos países periféricos demonstraram disposição em atender às demandas das grandes corporações.

Não à toa, as classes privilegiadas no Brasil “passaram tão rapidamente, em 1964, da automobilização social para a ação militar e política; como o Estado nacional foi posto a serviço de fins particularistas da iniciativa privada” (Fernandes, 2005, p. 312). O controle do Estado (concentração de poder político estatal) e a estabilidade política eram necessários para a transição ao capitalismo monopolista.

Na fase monopolista, o capitalismo brasileiro não consegue romper com os problemas do passado e passa a apresentar-se enquanto um país ainda mais dependente, cuja economia passa a ser induzida a partir de fora, em um processo de satelização, isto é, uma economia satélite em relação às economias hegemônicas centrais, “um desenvolvimento capitalista provocado na periferia pelas economias centrais e, portanto, extensa e profundamente induzido, graduado e controlado de fora” (Fernandes, 2005, p. 313). Desta forma, essa economia periférica não possui o mesmo significado e desdobramento que tiveram as economias centrais em sua evolução econômica.

Para a classe dominante do Brasil, essa forma de associação subordinada com o capitalismo monopolista promove benefícios e vantagens cada vez maiores para si, desde econômicas a políticas; motivos pelos quais aderem incontestes e promovem uma forma excludente de organização dessa sociedade que atende aos interesses das grandes corporações transnacionais e dos países hegemônicos.

As possibilidades de se caminhar para um capitalismo com um certo nível de autonomia cada vez mais se tornam distantes da realidade, dado que nessa transição, o excedente econômico gerado internamente, além dos recursos naturais, é exponencialmente apropriado pelos países hegemônicos. Nessa fase monopolista, “o imperialismo torna-se o imperialismo total”⁷.

O advento do capitalismo monopolista acirrou, no país, a diferenciação de classes: o nível de renda, o poder econômico e o poder político. Também acentuou o grau de dependência nacional ante os países hegemônicos e suas corporações e; por fim, estimulou a migração do campo para a cidade em busca de melhores salários e melhores condições de vida, achatando o preço do salário na cidade, devido a maior oferta da mercadoria força de trabalho⁸, principalmente por não ter havido uma reforma agrária contundente no Brasil.

5. Considerações Finais

Florestan Fernandes tem a preocupação de apreender porque a revolução brasileira terá como desfecho uma contrarrevolução permanente, para tanto, procura entender a relação entre regime de classes e organização capitalista, ou seja, a relação entre classe social e padrão de desenvolvimento.

Fernandes identifica nas burguesias brasileiras resistência sociopática à mudança e intolerância à luta de classes, assim, não há espaço nem para a mudança, nem para o entendimento. Essas características das burguesias vão fazer com que a

⁷ “O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. [...]. Esse tipo de imperialismo demonstra que mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta de requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas” (Fernandes, 1975, p. 18).

⁸ Para informações sobre o surgimento da mercadoria força de trabalho, ver: Marx (2013), especificamente o capítulo 24, “A Assim Chamada Acumulação Primitiva de Capital”.

concorrência e a luta de classes percam sua capacidade criativa, uma vez que as burguesias as bloqueiam e cristalizam nessa sociedade a dupla articulação: continuidade de laços de dependência, ou seja, prolongamento do colonialismo e; conformação de uma sociedade de classes típica da segregação social, isto é, um desenvolvimento interno desigual, por conta do passado escravocrata.

Essas burguesias dependentes são impotentes para fora e onipotentes para dentro. São impotentes economicamente, financeiramente, politicamente e militarmente. Elas são heterogêneas, é um padrão composto de hegemonia burguesa, é um colchão de retalhos, uma unidade de diferentes, mas que se unificam facilmente para manter a superexploração do trabalho e a aliança com o imperialismo

6. Referências

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**; prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e luta de classes na América Latina**. 9. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1888)**. 8. ed., São Paulo: Hucitec, 2006.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed., São Paulo: Brasiliense, 1977.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. **Imperialismo e empresa estatal no capitalismo dependente brasileiro (1956-1998)**. São Paulo: Alameda, 2023.